

EDITORIAL

Prezados leitores,

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o primeiro número do décimo terceiro volume da Revista Eletrônica E-civitas do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH).

O primeiro artigo, “**A criminalização das drogas como fator limitante ao acesso à maconha medicinal**” elaborado por *José Renato Venâncio Resende*, questionará como a criminalização das drogas tolhe o direito à saúde ao obstruir o acesso à maconha para fins medicinais.

No texto “**A problemática da lei de recuperação de empresas e falência: ineficiência do parcelamento fiscal, alto custo de transação e desincentivos**”, criado por *Eduardo Goulart Pimenta* e *Henrique Avelino Lana*, busca-se, via Análise Econômica do Direito, identificar, de forma construtiva, sem almejar esgotar o tema, que a atual redação da Lei 11.101/05, no que toca sobre o crédito tributário, contribui para a sua ineficiência.

No artigo “**A regulamentação do dano extrapatrimonial pela Lei 13.467/2017 e a limitação trazida pelo art. 223-g, §1º da CLT**”, *Iris Soier do Nascimento de Andrade* analisará a regulamentação do dano extrapatrimonial pela Lei n. 13.467/2017, com enfoque na tarifação da indenização a ser fixada, de acordo com a gravidade e salário do trabalhador.

Já no texto “**Análise do caso Dexter Eddie Johnson X República de Gana: pena de morte à luz da convencionalidade**”, *Ana Carolina Cardoso de Souza* analisará o julgamento proferido pela Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos frente a tendência global de aderência aos direitos humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH - Belo Horizonte.
Volume XII, número 2, dezembro de 2019 - ISSN: 1984-2716 - ecivitas@unibh.br

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>

Em seguida, *Luan Christ Rodrigues* apresenta, em seu artigo “**As nuances da responsabilização compartilhada para o exercício da cidadania ambiental**”, que tem por objeto de estudo o modo pelo qual a responsabilização ambiental compartilhada pode contribuir para o aprofundamento do debate sobre os mecanismos constitucionais de conscientização para o exercício da cidadania ambiental.

“**Cibercrimes: aspectos panorâmicos dos crimes informáticos mais praticados e as condutas de prevenção**”, elaborado por *Letícia Lourenço Sangaleto Terron, Rodrigo Antônio Correa* e *Thiago Martins Correia* possui como objetivo principal analisar a evolução dos crimes cometidos por meio eletrônico diante do crescimento da tecnologia e de seus mais diversos recursos que vêm deixando os seres humanos cada vez mais dependentes do mundo virtual.

Outro artigo relevante refere-se ao “**Conflito da liberdade de expressão nas eleições de 2018**”, escrito por *Antônio Afonso Pereira Junior* e *Carolline Ribas*, em que buscam estabelecer um cotejamento entre direitos fundamentais à liberdade de expressão e as restrições impostas pela legislação federal das eleições no que tange às propagandas eleitorais em universidades públicas.

Em “**El desarrollo y aplicación del control de convencionalidad por la corte interamericana de derechos humanos y por los tribunales brasileños**”, *Guilherme Vitor de Gonzaga Camilo* e *Pablo César Rosales Zamora* apresentarão o desenvolvimento e aplicação do controle de convencionalidade, destacando seu papel como instrumento de fortalecimento e efetividade do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Utilizando-se do método hipotético-dedutivo, *Gilberto Bomfim, Renato Maia de Faria* e *Rodrigo Cesar Barbosa* em seu artigo “**Evidenciação de dolo e má-fé na improbidade administrativa pela recomendação do Ministério Público**” buscam avaliar a possibilidade de utilização da recomendação expedida pelo Ministério Público (art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75 de 1993, art. 23, VII, da Lei nº 8.625/93, Resolução nº 164 de 28 de março de 2017 do Conselho Nacional do Ministério Público) como alerta de dolo e má-fé nos atos de improbidade administrativas.



Em seguida, **“O agravo de instrumento previsto no novo código de processo civil: relação com o jurisprudencialismo de Antonio Castanheira Neves”** elaborado por *Lucas Mendes*, será apresentado, tendo de um lado, as características do agravo de instrumento, em especial as hipóteses de cabimento, como era previsto no antigo CPC e no novo, somado ao entendimento do STJ acerca do tema, e, de outro, o método hermenêutico proposto por Castanheira Neves, na obra *“Metodologia jurídica: problemas fundamentais”*.

“O direito do trabalhador à desconexão: uma análise do teletrabalho no direito brasileiro” de *Iris Soier do Nascimento de Andrade, Karin Bhering Andrade e Mirelle Stéfani da Silva*, aborda sobre o direito fundamental à desconexão ou ao descanso, como forma de limitar a jornada de trabalho e, conseqüentemente, proteger a saúde, higiene e segurança do trabalhador, enunciados no art. 7º, XIII, XV, XVII e XXII da Constituição da República de 1998.

Em **“O labelling approach no contestado: a história dos rótulos no conflito”** de *Andreza da Silva Jacobsen e Raquel Fabiana Lopes Sparemberger*, tem como aporte metodológico a análise documental de abordagem com a descrição das expressões contidas no documento e posteriormente, uma revisão bibliográfica, relacionando estes dados à luz da teoria do *Labelling Approach* para a compreensão do caráter desviante atribuído aos caboclos.

Evie Nogueira e Malafaia e Nélio Zattar de Mello Carneiro em seu artigo **“O que podemos aprender com os requisitos de admissibilidade da class action norte-americana”**, abordarão breves notas comparativas entre os requisitos de admissibilidade entre a *class action* americana e as ações coletivas brasileiras, importando conceitos americanos para melhorar sobremaneira a utilização deste meio processual.

Numa perspectiva muito atual, o texto **“Organização Mundial do Comércio: como o Direito Internacional Econômico auxilia os países com menos recursos a se desenvolverem no âmbito social e econômico”**, escrito por *Antonio Marcio da Cunha Guimarães e Marianne Yumi Sato Felix Reis* demonstrará como a Organização Mundial do Comércio, um dos sujeitos do Direito internacional Econômico, coaduna o



desenvolvimento econômico com o social, visando a promoção de melhores condições às populações menos privilegiadas.

Por fim, o artigo “**Recuperação judicial e comportamento oportunista: a questão do crédito tributário**”, de *Pablo Francisco Santos*, analisará a posição do crédito tributário no processo de recuperação judicial, sobretudo a partir do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto.

Reiteramos os agradecimentos a todos os parceiros autores e avaliadores, que viabilizaram mais esta publicação.

Estendemos o convite aos demais pesquisadores da comunidade jurídica, para que compartilhem conosco os seus artigos, através das próximas publicações.

Fernanda Araújo Kallás e Caetano

Editora Geral da Revista E-Civitas

civitas



E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH - Belo Horizonte.
Volume XII, número 2, dezembro de 2019 - ISSN: 1984-2716 - ecivitas@unibh.br

Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/index>